

Belém, 15 de Setembro de 2017

Carta S/Nº

À
Comissão do Banco da Amazônia S/A
Sr. Francisco Moura
Nesta

Recebido
15.09.17
Francisco Moura

Prezado Senhor,

No ano anterior, a categoria, de boa fé, aceitou a proposta da empresa de firmarmos um acordo coletivo para dois anos, relativamente ao período de 2016/2018. Tal proposta, aliás, constituía uma orientação da própria FENABAN (Federação Nacional dos Bancos) e foi aplicada não apenas no Banco da Amazônia, como também em todo o processo de negociação da categoria bancária brasileira.

Conforme a referida proposta o acordo firmado previa a aplicação de um índice de reajuste salarial referente ao INPC + 1% sobre todas as verbas de natureza econômica. No entanto, considerando o histórico de nossas negociações no Banco da Amazônia, a definição de um índice de reajuste salarial constitui apenas uma parte do processo negocial, não sendo, portanto o fim ou fechamento do processo de negociação, posto que outra parte, tão ou mais importante que o índice constitui o que se convencionou chamar nacionalmente de cláusulas sociais e no Banco da Amazônia de PAUTA ESPECÍFICA.

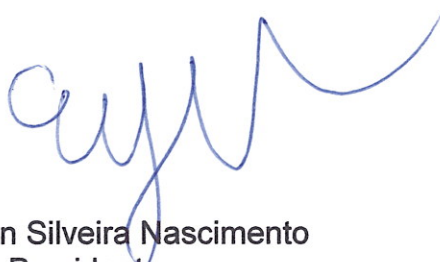
No caso específico do Banco da Amazônia a pauta específica é decisiva, fundamental e pode inclusive ensejar um processo de greve plena e juridicamente justificada, em virtude dos seguintes pontos que pretendemos sejam objetos de uma mesa de negociação entre esta instituição e nossa entidade sindical:

1. Reembolso do Plano de Saúde – no CASO específico o Banco da Amazônia não é patrocinador de nenhum plano, como ocorre com BB, CAIXA e BNB por isso há a necessidade de renegociarmos anualmente as condições de financiamento da assistência à saúde!
2. Reestruturação – A reestruturação no Banco da Amazônia está prejudicando muitos empregados, por isso entendemos que o Banco deve aos sindicatos e confederações explicações e um canal para dirimir dúvidas e problemas específicos.
3. PCCS – Entendemos que se faz necessário reabrir as discussões sobre a proposta de “novo” Plano de Cargos e Salários – PCCS, pois num primeiro estudo que realizamos compreendemos que a proposta que nos foi apresentado não contempla as necessidades dos empregados.

4. Incorporação de Função – A quantidade de empregados do Banco da Amazônia destituídos de função comissionada tornou-se muito grande, em razão disso entendemos que essa questão deve ir para a mesa de negociação, por não se trata mais de casos isolados.
5. Adiantamento e Regras de PLR – No ano passado fomos surpreendidos com a posição da Diretoria de reduzir nossa PLR, este ano pretendemos discutir o modelo e o adiantamento da Participação nos Lucros e nos Resultados.
6. Reestruturação de Dívidas dos Empregados – Em virtude da situação atual precisamos rediscutir o programa de recuperação de dívidas dos empregados, principalmente em razão da redução da Inflação e da SELIC.
7. Programa de Pós – Graduação e Língua Estrangeira – Temos informações de que o Banco tem alterado as regras de ambos os programas, queremos discutir as regras e a ampliação do número de vagas.
8. Processo de Seleção – O Banco está definindo as regras de seleção para as novas funções de forma unilateral e sem ouvir as entidades e isso tem gerado diversos problemas para os empregados.
9. Central de Crédito – Informamos que para nossa entidade constitui um fator de discriminação não implantar uma central de crédito no Maranhão e que reiteramos nosso pedido para que essa decisão seja revista.

Estes entre outros pontos entendemos que devem ser objeto de uma mesa de negociação específica, com o objetivo de definirmos um pacote de medidas que somadas ao reajuste das verbas de natureza econômica encerram a campanha salarial.

Atenciosamente,



Eloy Natan Silveira Nascimento
Presidente